

LEITURAS DE UM MANUAL AGRÍCOLA OITOCENTISTA: SABERES E PRECONIZAÇÕES DE UM ILUSTRADO NO NASCIMENTO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Graduando em História da Universidade
Federal de Minas Gerais
kkcio13@yahoo.com.br

Resumo

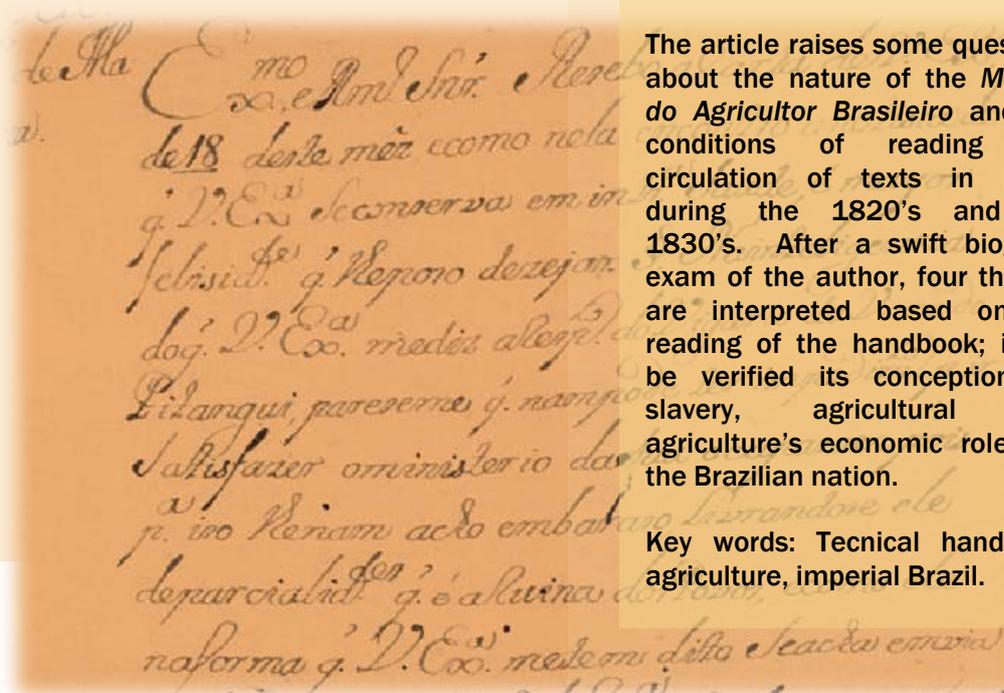
O artigo levanta alguns questionamentos sobre a natureza do *Manual do Agricultor Brasileiro* e as condições de leitura e circulação de textos no Brasil das décadas de 1820 e 1830. Após um rápido exame biográfico do autor, quatro temas são interpretados a partir da leitura do manual; procurar-se-á esclarecer quais são suas concepções sobre a escravidão, a elite agrária, o papel econômico da agricultura e a nação brasileira.

Palavras-chaves: Manual técnico, agricultura, Brasil império.

Abstract

The article raises some questions about the nature of the *Manual do Agricultor Brasileiro* and the conditions of reading and circulation of texts in Brazil during the 1820's and the 1830's. After a swift biographic exam of the author, four themes are interpreted based on the reading of the handbook; it will be verified its conceptions of slavery, agricultural elit, agriculture's economic role and the Brazilian nation.

Key words: Technical handbook, agriculture, imperial Brazil.



Este artigo consiste em uma exposição dos resultados preliminares de meu trabalho de introdução à pesquisa iniciado no primeiro semestre de 2008. Tal pesquisa aborda os manuais técnicos para o mundo rural que circularam em Minas Gerais entre 1750 e 1950.¹ Estes escritos científicos são analisados pelo ponto de vista de uma história cultural da ciência, ou seja, procurando-se penetrar as relações sociais que eles pressupõem e as relações que eles mantêm com a realidade histórica em que foram produzidos e para a qual foram dirigidos.

Ainda que a pesquisa procure ler uma ampla gama destes manuais, no momento estamos concentrados na leitura de um manual específico, e é a sua análise que este artigo dedicar-se-á. Foi escolhido o *Manual do Agricultor Brasileiro*, escrito por Charles Auguste Taunay, publicado em 1839 na cidade do Rio de Janeiro. Esta obra está profundamente relacionada com a sociedade escravista na qual foi gerada, e a sua leitura permite, ao mesmo tempo, proceder a uma descrição deste meio social, que emerge das entrelinhas do texto, e ressaltar as críticas e concepções do autor a respeito dela.

Desse modo, algumas perguntas básicas podem ser feitas ao manual. Ele pode ser interrogado enquanto um produto técnico, composto a partir do mais recente saber científico sobre a agricultura e a pecuária, produzido nas nações da Europa, notadamente Inglaterra e França, e também dos Estados Unidos da América. É um texto que preconiza preceitos para as relações escravistas, critica-as e apresenta proposições, demonstra sua posição a respeito das práticas sociais das elites agrárias do oitocentos, tanto no modo como elas administravam suas propriedades quanto como elas se portavam em seus ambientes específicos de sociabilidade nas cidades do império. Analisa, ainda, a posição da agricultura na economia geral do país e, finalmente, busca construir uma concepção de nação. As questões postas ao texto serão aqui pensadas no âmbito dessas inquirições.

Este artigo pretende estudar o *Manual do Agricultor Brasileiro* enquanto um documento científico específico do período de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, a saber o fim do primeiro reinado e o período regencial, pois, embora tenha sido publicado em 1839, o livro foi escrito na segunda metade da década de 1820. De modo que as tensões e contradições políticas e sociais que marcaram essa fase da história do país também atravessam a trama aparentemente neutra e objetiva deste manual científico.

Ao texto do manual, foram colocadas algumas questões que procuraram o interrogar de um modo profundo, de modo a colocar-nos, nós leitores do presente, em uma perspectiva a

¹ O projeto de pesquisa “Manuais Técnicos para o mundo rural” do Professor José Newton Coelho Meneses (EV-UFGM), do qual sou orientando e bolsista tem financiamento da FAPEMIG desde janeiro de 2008. Ele busca investigar sobre a instrução técnica agropecuária em um longo percurso histórico de nossa produção rural.

mais próxima possível daquela do texto do documento. O processo interrogativo foi pensado como uma tentativa de compreensão hermenêutica do texto do manual, de modo a apreender o sentido, o significado e a perspectiva das idéias que ele transmite, captando o valor intrínseco dos argumentos apresentados.² Para esta compreensão ser possível, é preciso partir-se de uma idéia do passado como algo não morto, mas sim como o solo que mantém o devir, e onde o presente cria raízes. A tarefa primeira, permanente e última da compreensão hermenêutica é não deixar que os conhecimentos e conceitos prévios do leitor se imponham sobre aqueles apresentados pelo texto. E tal só pode acontecer na medida em que os pré-conceitos daquele que lê são revelados em sua natureza de propulsor da leitura e obstáculo à compreensão, e em que as teses, argumentos e conceitos do texto são revelados como um outro verdadeiro em relação à opinião do intérprete.³ Atingido este ponto, torna-se realizável o ato (hermenêutico) de colocar-se em uma perspectiva comum com o diferente.

Feitas estas considerações, as quais considero o norte teórico do trabalho, é necessário refletir sobre a natureza mesma de um manual técnico-científico do século XIX. Em primeiro lugar, técnica e ciência ocuparam lugares sociais diversos até idade moderna, quando a revolução científica do século XVII, cujos antecedentes remontam ao renascimento e à difusão do humanismo, além da crítica ao saber escolástico, renovou o conceito de ciência, rachando a divisão que a separava do mundo da técnica. A tradição grega, apropriada pelo cristianismo romano, distinguia a ciência (episteme), da técnica, o saber prático (techné), alegando ser o primeiro o conhecimento real e válido acerca do mundo, e o segundo um saber menor, que não diz da essência das coisas, apenas de aplicações na realidade passageira do mundo. O saber fazer da techné só começou a ser reabilitado no século XVII, com as revoluções científicas que postularam o valor da experiência para o conhecimento, ligando a ciência permanentemente a aplicações práticas na sociedade.⁴

Bacon foi um dos autores que melhor teorizou essa nova postura do conhecimento científico, aproximando saber e poder. O conhecimento teria a função de melhorar o mundo social, sendo uma amálgama entre técnica e saber contemplativo ou especulativo.⁵

² GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.59.

³ GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*, p.61-71.

⁴ ROSSI, Paolo. Artes mecânicas e filosofia no século XVI. In: *Os filósofos e as máquinas 1400-1700*. Companhia das letras, p.21-61.

⁵ BACON, Francis. *Novum Organum: Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1973. (Os Pensadores, vol. 13).

Ao mesmo tempo, o desenvolver das mais variadas técnicas dava, progressivamente, novo status social aos artesãos, tradicionalmente excluídos das instâncias do poder nas sociedades do Antigo Regime. Com a diferenciação de arte, artesanato e artes mecânicas, a técnica foi resgatada e carregada de positividade.⁶ O desenvolver da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII acelerou e confirmou essa lenta tendência da modernidade, de modo que novas ciências, com caráter expressamente técnico, puderam se afirmar em meio às classes intelectuais, como a química e a agronomia, ambas diretamente relacionadas com atividades produtivas.

Foi neste contexto amplo que pôde se pensar em manuais técnicos e científicos para a agricultura. Uma outra característica da ciência do século XIX que informou os manuais técnicos agrícolas, como o *Manual do Agricultor Brasileiro*, foi a crença no seu próprio poder de acelerar o desenvolvimento material e social dos homens. O iluminismo, corrente filosófico-científica que englobava a nova concepção de ciência, postulou que o homem caminhava infalivelmente em direção a uma era de maior prosperidade, liberdade e felicidade, que seria atingida pela utilização da ciência racional. Assim, todos os problemas sociais, como a má produção da agricultura de uma nação ou as crises de fome de um povo, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas. Por isso, os manuais, bem como os demais textos de divulgação científica, tinham também uma função pedagógica de instruir grandes populações no conhecimento racional para que todo o país, ou toda a humanidade, pudesse progredir rumo a formas sociais de maiores liberdade e felicidade.⁷

129

Tais manuais técnico-científicos podem, portanto, ser analisados por duas perspectivas. Por um lado, constituem repositórios informativos resultantes de um conjunto de leituras feitas pelos seus respectivos autores. Estes, pelo poder cultural de que estavam imbuídos, podiam determinar qual parcela deste conjunto de escritos lidos, através da condensação deles em seu texto aparentemente monolítico, poderiam atingir as diferentes camadas da opinião pública, de acordo com o seu consumo de textos científicos.⁸

Os manuais muitas vezes não eram textos inteiramente originais de seus autores; o contato com leituras oriundas da cultura científica européia, explicitamente francesa e inglesa, foi comum aos vários escritos científicos produzidos em Portugal e Brasil desde o século

⁶ ROSSI, Paolo. Artes mecânicas e filosofia no século XVI. In: *Os filósofos e as máquinas 1400-1700*, p.32-47.

⁷ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*. Lisboa: Estar editora, 2001, p.33-151.

⁸ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*, p.6-29.

XVIII e ao longo do XIX. As traduções e adaptações feitas de Dicionários, de Tratados, de Memórias, de artigos da imprensa científica especializada e mesmo de outros manuais constituem um claro indicador das possibilidades de seleção de leituras como uma parte do trabalho de composição dos textos que atingiriam um público leitor diverso.⁹

No *Manual do Agricultor Brasileiro*, o autor ocasionalmente explicita suas leituras de outras publicações científicas, que cobriam um vasto universo, desde a literatura clássica (Xenofante, Catão, Varrão, Columela), os autores renascentistas diretamente tributários dos antigos, os escritores da escola da economia política, cujas concepções de agricultura foram diretamente influenciadas pelas categorias analíticas de “trabalho” e “produção”, autores antilhanos, os primeiros a adaptar o pensamento europeu da agricultura às especificidades americanas, e manuais traduzidos ou escritos em português, especialmente o *Fazendeiro do Brasil*, editado em Lisboa entre 1800 a 1806, sob a coordenação de Frei José Mariano da Conceição Veloso, obra composta de traduções de vários países com comentários indicativos do clérigo, visando instruir para modernizar a agricultura na América portuguesa.¹⁰ Sendo membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde 1833, Taunay teria tido acesso a alguns desses livros através da biblioteca da instituição e de seu órgão de divulgação, o *Auxiliador da Indústria Nacional*,¹¹ que publicou traduções de textos sobre a agricultura colonial inglesa e francesa. Um dos momentos em que Taunay explicitou suas leituras foi a respeito dos tipos de arados – tecnologia que ele muito desejava ver importada para o Brasil e a cuja inexistência ele creditava parte do atraso da agricultura brasileira -, ao citar o *Cours d'agriculture* de Rozier, em edição de 1785.¹²

Rafael de Bivar Marquese, organizador da recente edição do *Manual do Agricultor Brasileiro* lida nesta pesquisa, analisou profundamente, em seus estudos de mestrado e doutorado, a literatura científica, do século XVI ao XIX, voltada para a administração de propriedades escravistas, e não só na América Portuguesa, depois Império do Brasil, mas também no Caribe espanhol, francês e britânico e nos Estados Unidos da América. Assim, a leitura de suas obras permite o entendimento do texto de Taunay como pertencente a uma

⁹ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*, p.4-7.

¹⁰ *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Org. Fernanda Maria Guedes de Campos et al. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999.

¹¹ VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2002, p.679-680.

¹² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 101.

tradição literário-científica com críticas, preconizações e conceitos articulados em relação à agricultura escravista.

Segundo o autor, o *Manual do Agricultor Brasileiro* insere-se em um conjunto de obras relativas a normatização da escravidão nos estados nacionais nascentes, como o Brasil e os Estados Unidos. Tais textos foram analisados a partir do eixo da relação entre as nações e o sistema escravista. Algumas proposições foram comuns a todos eles, como a idéia de que a escravidão humanizava o cativo, removendo-o da animalidade das selvas africanas, a defesa de um melhor tratamento para os escravos, e, no caso brasileiro, a recuperação da experiência jesuítica como modelo de administração racional e eficiente das grandes escravarias, por meio de uma correta combinação entre concessão e disciplina.¹³

Uma vez que todas essas proposições podem ser encontradas no manual de Taunay, percebe-se que ele estava articulado a diversos outros autores brasileiros e estrangeiros, contemporâneos seus ou não, formando uma corrente de leitores-autores que se influenciavam mutuamente e que procuravam responder racionalmente às questões que consideravam mais prementes para a suas nações. Assimilar a dimensão da tradição circundante e embasadora enriquece e torna mais complexa a análise do documento, pois aumenta a diversidade da realidade histórica em que foi gestado.

131

A segunda perspectiva de análise dos manuais é tratá-los como veículos de difusão de idéias, consistindo em um suporte de leituras para um determinado público. Estes leitores em potencial formavam um conjunto de população alfabetizada e com núcleos de interesses focalizados, no caso deste trabalho, no desenvolvimento da agricultura, fosse de suas próprias unidades de produção agrícola, fosse da economia nacional como um todo.

Os manuais, enquanto veículos de difusão de certa vertente da cultura científica oitocentista, no caso, os saberes sobre a agricultura, estão relacionados a outros mecanismos culturais de produção e difusão da ciência, como as instituições (academias, sociedades e clubes), as edições livreiras, a imprensa periódica e o papel cultural e social exercido pelo desempenho individual de cada uma das personalidades científicas ligadas a este hemisfério cultural.

Assim, a interpretação de um manual precisa passar pela análise dos saberes científicos e das idéias sobre a sociedade (uma certa visão de mundo). Precisa igualmente passar pela descoberta do rosto humanizado que dava concretude à existência deste gênero de

¹³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

veículos culturais. Somente pela análise dessas três perspectivas, pode-se atingir uma compreensão hermenêutica do documento, uma vez que ele terá sido destrinchado em suas posições mais íntimas e sucessivamente confrontado com os pré-conceitos nossos, leitores modernos.¹⁴ Dessa forma, poder-se-á começar a visualizar a sociedade histórica em que ele se produziu.

O estudo de um material como o *Manual do Agricultor Brasileiro* requer o levantamento de algumas questões a respeito das condições de leitura de uma publicação técnica e científica no Brasil do século XIX. De acordo com Chartier¹⁵, uma história da leitura pode se centrar nas relações entre impressão, publicação e leitura dadas pelos padrões da imprensa inventada por Gutenberg ou em processos e relações que exploram formas alternativas de publicação, circulação e leitura dos textos.

Segundo este autor, o século XVIII foi palco de uma revolução na leitura, anterior à industrialização da produção do livro. Ela apoiou-se no crescimento da produção do livro, na multiplicação e transformação dos jornais, no triunfo dos livros de pequeno formato e na proliferação de instituições (sociedades de leitura, clubes do livro, bibliotecas de empréstimos) que tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los. Vê-se que tais transformações não exigiram mudanças na tecnologia de impressão. Com isso, foram desenvolvidos novos gêneros textuais e novas práticas de leitura. Os novos leitores liam livros mais variados e em maior quantidade. A leitura era rápida e ávida, e todos os textos eram submetidos a um julgamento crítico imediato. Essa nova forma de ler era irreverente e desprezada.

O autor, porém, coloca algumas ressalvas a essa transformação da forma de leitura, mostrando, em primeiro lugar, como uma leitura numerosa não significa necessariamente a aplicação de crítica a todas elas (como no caso dos leitores humanistas). Além disso, ele mostrou como essa revolução conviveu com o desenvolvimento de uma outra prática, mais intensa, de leitura, em que os romances de autores como Richardson, Rousseau e Goethe tomavam conta dos leitores, absorvendo-os em uma prática de leitura bastante similar à leitura tradicional dos textos religiosos.

Uma outra exceção se refere aos hábitos de leitura dos leitores mais populares e numerosos, que continuaram direcionados pelos modos antigos de ler ainda por longo tempo.

¹⁴ GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*, p.57-71.

¹⁵ CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.19-31.

Estes leitores tinham dificuldades em ler mesmo os livretos mais baratos vendidos por mascates e dependiam da audição e da memorização para conseguir lê-los. Assim, eles liam baseando-se muito mais em um reconhecimento (de gêneros, temas e formas) que na descoberta de novidades.¹⁶

Essas descrições de tipos de leitores e correspondentes práticas de leituras permitem concluir que o novo tipo de leitores era aquele que consumia em maior número as novas obras científicas, pois elas exigiam esse tipo de leitura, mais rápida, dinâmica, volumosa e crítica. Desse modo, eles compunham boa parte do público alvo de obras como os manuais técnicos que, em particular, pressupunham uma familiaridade com a linguagem e o universo cultural científicos e a capacidade de analisar criticamente os textos para sua melhor aplicação à realidade de cada leitor.

Durante o Império, a capacidade de ler – não a assimilando à de escrever ou a de contar, que, como mostrou Jean Hébrard, requerem raciocínios e processos mentais específicos e foram desenvolvidas como partes primordiais da alfabetização ao longo de um processo histórico peculiar da história da educação no Ocidente e não precisam, necessariamente coexistir¹⁷ - foi restringida a uma pequena minoria da população, em grande parte coincidente com a mesma minoria que detinha o poder econômico e político, mas não somente a ela. A existência de bibliotecas públicas e privadas desde o século XVIII e de sociedades e academias que também propiciavam a leitura sem que o leitor tivesse que comprar o livro aumentam a área social que a divulgação de idéias poderia atingir.

Essa afirmativa é reforçada pela consideração de alguns outros modos de circulação de livros. Bem como a posse de livros não significa a sua leitura, o não ter também não quer dizer que eles não fossem lidos. O espectro de leitores, ou de pessoas influenciadas pelo texto, inclui aqueles que os tomam por empréstimos, seja de bibliotecas mais organizadas, seja de pessoas de seu relacionamento, aqueles que tinham acesso a cópias manuscritas das obras – ainda no século XIX existia a prática de copiar à mão senão livros inteiros, pelos menos alguns trechos, algumas vezes sem tradução, no caso de livros estrangeiros – e aqueles que recebiam os conteúdos dos livros por via oral. Desde o período colonial, existiam, nos grandes centros urbanos do Brasil, locais de sociabilidade distinguidos pela difusão das obras

¹⁶ CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*, p.24-26.

¹⁷ HÉBRARD, J. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.33-77.

mais em voga no momento, fossem elas políticas ou científicas, tais como boticas, botiquins e salões das sociedades.¹⁸

Dessa maneira, o *Manual do Agricultor Brasileiro* tinha um público em potencial maior que o esperado se pensarmos apenas na parcela da população com condições econômicas de adquirir o livro. E ainda que fosse uma obra por concepção destinada aos proprietários de terras e escravos – uma minoria social e econômica -, não se destinava apenas aos maiores produtores, pois em muitos trechos ele se dirige ao pequeno produtor, aconselhando-o na direção da maior prosperidade material, como no seguinte excerto:

Estas observações a respeito da destilação das cachaças aplicam-se igualmente às aguardentes de cana, muito mais finas e de preço mais subido no mercado. Este emprego da cana convém a quem tem posses medíocres, porque pode principiar com uma engenhoca e dez pretos, e não existe gênero algum de cultura capaz de oferecer lucros tão avultados...¹⁹

Como foi dito acima, uma compreensão mais profunda do documento exige, entre outras coisas, uma análise, ainda que breve, da pessoa por trás de sua fatura, pois ela transmite ao texto não só seus conhecimentos sobre o assunto específico, mas também suas idéias sobre a sociedade em que vive, sobre diversas práticas sociais e seus valores. Em suma, um texto está marcado de modo indelével pela visão de mundo de seu autor.

Charles Auguste Taunay nasceu em Paris a 17 de agosto de 1791, fruto de uma família com forte tradição artesã e artística. Os Taunay, originários de Poitou na Normandia, associaram trabalho manual e artístico. Seu bisavô, Salomão, fora ourives e químico, e adquiriu certo renome ao descobrir um tom de vermelho muito apreciado na pintura decorativa patrocinada pela monarquia e aristocracia francesas. Seu avô, Pierre-Antoine Henry Taunay (1728-87) seria químico, ourives-comerciante e pintor da manufatura real de porcelanas de Sèvres. Seu pai, Nicolas-Antoine Taunay foi importante pintor de paisagens e cenas históricas no período da França revolucionária e especialmente durante o governo de Napoleão Bonaparte. Ainda que não se enquadrasse totalmente no estilo neoclássico que dominava a pintura na época, Taunay conseguiu consolidar sua carreira através da perseverança na escalada dos degraus da Academia Real de Pintura e Escultura. Por não se curvar totalmente aos parâmetros neoclássicos, mantendo um estilo próprio, Nicolas-Antoine Taunay demorou a se consolidar, e mesmo quando conseguiu se aproximar do centro do

¹⁸ SILVA, M.B.N. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.147-164.

¹⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.116.

poder, suas obras continuaram recebendo críticas no meio artístico parisiense. Durante o governo de Bonaparte, o casal consular, e depois imperial, formado por Napoleão e Josefina, tornou-se o maior mecenas das artes francesas, pois o Estado imperial precisava de obras artísticas monumentais que ressaltassem a grandeza do Império e do imperador. Assim, por compor a *entourage* da imperatriz Josefina, Nicolas-Antoine consolidou sua carreira como um dos pintores que construiu a representação grandiosa do Estado napoleônico.²⁰

Por essa razão, a queda do Império e a restauração dos Bourbon trouxeram conseqüências graves para a vida do pintor e da sua família. Charles-Auguste, autor do *Manual do Agricultor Brasileiro*, já fazia parte do exército francês desde o início da década, tendo participado inclusive da campanha da Rússia de 1812, ocasião em que foi ferido na cidade de Leipzig. O jovem militar era um ferrenho partidário de Bonaparte, tendo inclusive participado de seu exército durante a Campanha dos Cem Dias.²¹

Com a queda definitiva de Napoleão, rapidamente os artistas ligados a ele foram excluídos da Academia francesa. A situação de Nicolas-Antoine era particularmente ruim devido a seu filho bonapartista. Charles-Auguste provocou um escândalo na sessão solene do Instituto de França de 1º de outubro de 1814, quando reagiu à não inclusão do nome de seu pai à lista dos indicados ao prêmio de Roma. Ele, fardado, avançou contra os duques de Angoulême e Wellington gritando que a Legião de Honra fosse concedida ao pai. Pensou-se que se tratava de um atentado bonapartista e, em conseqüência, Charles-Auguste foi preso e expulso do exército. Seu pai continuou sem a medalha.²²

Assim, a viagem para o Brasil teve diversos benefícios para os Taunay, a oportunidade de recompor sua família, uma saída política para o bonapartismo de Charles-Auguste, a possibilidade de viver isoladamente e distante das guerras européias, afastando-se das intrigas do Instituto de França e uma chance do pai poder praticar o seu gênero preferido de pintura paisagista, valendo-se da celebrada natureza brasileira para conseguir uma nova clientela tanto na antiga pátria, quanto na nova.

No Brasil, Charles-Auguste deu continuidade à carreira militar iniciada em 1810 na campanha da Espanha. Tornou-se oficial superior do exército brasileiro e lutou nas guerras de independência na Bahia, Piauí e Maranhão. Antes disso, juntamente ao irmão Théodore-

²⁰ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses no corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.146-153.

²¹ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p.153.

²² SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p. 133-154, 311-313.

Marie, dedicara-se à propriedade que o pai adquirira no maciço da Tijuca próxima à cascata Boavista (depois conhecida como cascatinha Taunay), cultivando o café com o uso de trabalho escravo – um fato talvez notável, pois Charles-Auguste mostrou-se, mais tarde, contrário à escravidão, ainda que a defendesse em certas ocasiões.²³

Ao contrário do pai, que regressaria à França em 1821, Charles-Auguste criaria sólidos vínculos com o Brasil. Após participar das guerras de independência, ele pediu baixa do exército e se dedicou à gestão da propriedade da família e a atividades intelectuais. Realizou uma série de traduções, inclusive de versos franceses, escreveu monografias agrícolas e vários opúsculos, como o *Guia de Viagem a Petrópolis*. É da década de 1820 a redação do *Manual do Agricultor Brasileiro*, que só seria publicado em 1839. Foi fundador do *Messenger du Brésil* e da Sociedade Imperial de Agricultura, além de ter colaborado intensamente no *Jornal do Comércio*.²⁴

Taunay também se destacou como denunciante da destruição das florestas da cercania do Rio de Janeiro. Essa preocupação com a natureza não pode ser considerada ecológica no sentido moderno do tempo, pois as relações entre homem e natureza neste tempo seguiam a linha colocada por Bacon, de que ela deveria ser dominada pelo homem e forçada a lhe conceder seus frutos. A atuação de Taunay era motivada por preocupações apenas econômicas, pois ele tinha a percepção dos benéficos que a conservação de certas áreas florestais poderia ter para a produção agrícola, aumentando os lucros do agricultor. No trecho seguinte do *Manual do Agricultor Brasileiro* ele expressou essa preocupação:

As matas não só embelezam o chão, e dão madeira, frutas e sombra, senão que são também a origem do húmus ou terra vegetal, produzem e conservam as nascentes e fontes, rompem a violência dos furacões e entretêm a salubridade da atmosfera. Nos declives, as chuvas e trovoadas tendem a lavar a terra, e a carregar a porção mais fecunda e fina. Portanto, a coroa de matos, suprimindo com nova porção de húmus, ao mesmo tempo que abriga dos meteoros as zonas inferiores em estado de cultura e lhes conserva a umidade, é de primeira utilidade.²⁵

Tendo permanecido no Brasil até o ano de 1864, Charles-Auguste Taunay dificilmente pode ser considerado apenas como um francês que escreveu sobre a realidade brasileira. Seu olhar não é simplesmente o do estrangeiro. O contato com diversas partes do país em viagens

²³ MARQUESE, R. B. Introdução. IN: TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.10-19.

²⁴ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p.313.

²⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.. 103.

pelo interior, a prática diária da produção agrícola nas condições próprias do país – com pouquíssima tecnologia e com o uso do trabalho escravo - e a leitura de variadas obras sobre a realidade e as perspectivas da agricultura brasileira aproximaram sua análise da visão brasileira, com profunda compreensão de sua realidade, ainda que de uma forma idealizada, provocada pelo momento de consolidação da nação brasileira, de que o próprio manual foi partícipe, à sua maneira. Como disse Marquese em sua introdução ao *Manual do Agricultor Brasileiro*, Taunay exerceu um “olhar estrangeiro que se naturaliza brasileiro”²⁶.

Desse modo, podemos passar à análise aprofundada das idéias a respeito da realidade brasileira de que o autor impregnou o seu texto. Muitas são as possibilidades de abordagem nessa perspectiva, mas para os fins desse artigo, foram escolhidas aquelas que mais nitidamente mostrassem as relações do Manual com a sociedade escravista do Império do Brasil. Destarte, quatro foram as temáticas selecionadas para serem abordadas através do *Manual do Agricultor Brasileiro*, a saber: qual era a concepção do autor sobre a escravidão e quais críticas ele fazia a ela? Que papel ele prescrevia à elite produtora da sociedade brasileira? Que posição teria, para o autor, a economia rural dentro do todo da economia produtiva brasileira? Por fim, qual era a idéia de nação que se depreende das páginas do texto?

137

A temática da escravidão é com certeza a mais importante da obra, fato evidente por ter o autor dedicado dois capítulos exclusivamente a este tema. Sem dúvida, ele não era insensível às grandes contradições sociais que a continuidade do sistema escravocrata acarretava para a sociedade brasileira, pois o autor explicitamente assumiu uma postura ambígua e pragmática quanto ao assunto. Ao mesmo tempo em que condenava a escravidão, considerando-a um “contrato entre a violência e a não-resistência, que tira ao trabalho a sua recompensa, e às ações o arbítrio moral, ataca igualmente as leis da humanidade e da religião, e os povos que o têm admitido na sua organização têm pago bem caro esta violação do direito natural”²⁷, ele defendia a sua manutenção no país, porque considerava que a sua súbita extinção desorganizaria todo o sistema produtivo brasileiro, trazendo mais prejuízos aos agricultores que a sua manutenção, como se vê no trecho a seguir:

Porém, a geração que acha o mal estabelecido não fica solidária da culpabilidade daquilo que, pela razão que existe, possui uma força muitas vezes irresistível, e certos abusos radicais têm uma conexão tão estreita com o princípio vital de uma

²⁶ MARQUESE, R. B. Introdução. IN: TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 24.

²⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.50.

nação, que seria mais fácil acabar com a existência nacional, do que com estes mesmos abusos.²⁸

O autor acreditava que a escravidão violava as leis da natureza e da religião, pois não proporcionava ao homem os frutos de seu trabalho. Além disso, ela arruinava moralmente os entes escravizados, tornando-os seres repletos de vícios e faltas de caráter. Explica o autor:

Não se apresente como argumento em contrário o que agora acontece com os crioulos, cuja mor parte morre, e o resto se apresenta na idade adulta cheios de vícios e maldades, pois que as crianças, ou são tratadas com desumanidade e desleixo, e murcham como plantas em solo estéril, ou com demasiado mimo e indulgência nos braços da família, com mil esquisitices; e quando ao depois se acham crescidos e robustos, não querem nem podem voltar à vida rigorosa e desprezível que fazem seus parceiros, e ficam inteiramente perdidos.²⁹

Mesmo assim, ele apresentou diversas justificativas para a manutenção temporária da escravidão, sendo a principal dela o risco de desorganização completa da produção que a abolição repentina do sistema escravista poderia acarretar. Outros argumentos seus foram a condição naturalmente inferior dos negros africanos em relação aos europeus, que estariam cumprindo uma missão civilizatória, e também cristã no concernente à catequese destas populações, ao escravizar os negros e infundir-lhes os valores da cultura européia. Os negros são apresentados como cientificamente inferiores aos brancos e capazes apenas de realizar trabalhos braçais, não tendo capacidade intelectual superior à de uma criança branca. Uma justificativa diferente apresentada para a escravidão era que o negro devia o trabalho ao seu senhor, pois este havia quitado parte do salário correspondente a uma vida de servidão ao traficante que lhe vendera o escravo e a parte restante ele pagava ao próprio escravo na forma de comida, roupa e habitação. Na passagem seguinte este raciocínio é explicitado por Taunay:

Os pretos não se compram para se ter o gosto de os sustentar e de os ver folgar, mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar. O salário deste trabalho foi pago em parte por uma só vez pelo dinheiro da compra, e a outra parte paga-se diariamente com o sustento. Mas o preto, parte passiva em toda esta transação, é por natureza inimigo de toda ocupação regular, pois que muitas vezes prefere o jejum e a privação de todas as comodidades ao trabalho que é justo que dê para o cumprimento do contrato, e só a coação e o medo o poderão obrigar a dar conta da sua tarefa.³⁰

Esse trecho faz referência ao modo como Taunay concebia o tratamento que deveria ser dispensado pelos senhores aos seus escravos. Por ser ele próprio fazendeiro e senhor de

²⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.50.

²⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.81.

³⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.64.

escravos, o autor sabia das diversas artimanhas arquitetadas pelos cativos para resistir, ainda que passivamente, à exploração. Portanto, ele entendia que os escravos deveriam ser submetidos a uma rígida disciplina, que regulasse todos os instantes de sua vida, não só os momentos de trabalho, mas também como eles aproveitariam suas horas livres, de modo que o senhor pudesse controlar a religião, o lazer, qualquer outra forma de trabalho, as relações afetivas e as famílias de seus escravos. Em suma, “(...) é preciso sujeitá-los a uma rigorosa disciplina, e mostrar-lhes o castigo inevitável. (...) um preto se não sujeitaria nunca à regularidade de trabalhos que a cultura da terra requer (...) somente a mais rigorosa disciplina valerá para aplicar os negros a um trabalho real e regular...”³¹.

O castigo seria a grande arma do senhor para manter efetiva a disciplina em sua propriedade. Deveria ser cultivada no escravo a consciência de que a infração de qualquer uma das regras impostas pelo senhor acarretaria em um castigo, cada vez mais duro conforme o escravo se mostrasse mais incorrigível, “O medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista”³².

Os castigos deveriam ser duros e exemplares, para garantir que as infrações dos escravos não se repetissem e para criar uma tradição de respeito à ordem e à hierarquia social do estabelecimento agrário – que reproduzia a hierarquização da sociedade em geral – entre a escravatura. O grande objetivo de um senhor de escravos deveria ser, segundo Taunay, estabelecer uma tradição de respeito às normas e às regras, tão forte entre os escravos, que eles próprios vigiassem uns aos outros para evitar qualquer crime que prejudicasse o andamento normal da fazenda. Sobre os castigos, o autor chegava a ser bastante detalhista sobre como e em qual quantidade ele deveria ser aplicado e em relação a quais crimes, como se pode notar abaixo:

O chicote de uma só perna, vulgarmente chamado de bacalhau, parece-nos conveniente, e cinquenta pancadas desse instrumento são, ao nosso ver, suficientes para castigar todo o crime cujo conhecimento for confiado aos senhores. Os crimes que exigissem penas maiores, como fugas repetidas, furtos consideráveis, desobediências e bebedeira incorrigíveis, revolta contra o castigo e outros da mesma natureza, deveriam ser castigados na cadeia dos respectivos distritos, a requerimento dos senhores e deferimento dos juízes de paz, que decidirão sumariamente.³³

Ao mesmo tempo em que apresentava suas concepções sobre como deveria ser o tratamento dos escravos pelos senhores, Taunay, em certas passagens, apresentou algumas cenas do cotidiano dos cativos. Não se deve tomar as afirmações do autor como a verdade

³¹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.55.

³² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.54.

³³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.68.

histórica, uma vez que o seu olhar era condicionado pelo seu modo de ver o negro (um ser naturalmente inferior ao branco e vicioso, amoral) e o senhor (ser também naturalmente superior ao escravo e dotado de qualidades quase sobre-humanas, como se verá abaixo). Considerando-se a perspectiva do autor, pode-se vislumbrar alguns momentos do cotidiano capturados em seu texto.

O autor destacou principalmente aspectos da alimentação dos escravos, pois ela estava diretamente ligada ao modo como a fazenda seria gerida, com eficiente produção para a subsistência convivendo com a cultura mais larga voltada para o comércio externo. Assim, diz o autor:

Seja qual for o gênero de lavoura adotado, daremos como primeira regra de economia o procurar antes de tudo tirar o mantimento da escravatura da mesma fazenda, pois destarte o proprietário evita a maior despesa. Para não se ver na precisão de comprar carne-seca, a criação de suficiente porção de carneiros e porcos ser-lhe-á proveitosa, assim como o mandar fiar e tecer em casa o algodão necessário para vestir os escravos.³⁴

Semelhantemente, o autor recomenda a distribuição regular de cachaça aos negros com a função dupla de incentivá-los ao trabalho pesado e evitar que eles freqüentassem as vendas e tavernas – “com as tavernas, peste do Brasil e perdição da escravatura, deve ser proibida debaixo dos mais severos castigos”.³⁵ Porém, também aqui a rígida disciplina deveria se manter, e a bebida alcoólica deveria ter momentos certos para ser distribuída, preferencialmente “(...)um copinho de manhã e outro nos domingos de tarde, produzirá muito bons efeitos...”.³⁶ Como na referência ao gosto pela cachaça, o autor destacou a apreciação dos negros pelo fumo – aqui novamente se faz perceber o seu olhar racialista e racista, pois afirma que os escravos são mais propensos que os brancos a viciarem-se pelo uso do fumo. Portanto, mais uma vez o bom juízo do senhor é requerido para promover uma distribuição gratuita de fumo aos escravos, de modo a evitar alterações e conflitos, “Os negros de ambos os sexos gostam imoderadamente do fumo, e, para o obterem, são capazes de cometer excessos que os senhores de juízo prevêem, fazendo dele uma distribuição regular à sua escravatura”.³⁷

A respeito da alimentação, o autor apontou os componentes mais comuns da ração dada aos escravos. Eram eles o feijão, a carne-seca, a abóbora, o cará, a batata-doce, os

³⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.84.

³⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.75.

³⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.61.

³⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.147.

carurus (nome que reunia diversos vegetais),³⁸ a farinha de mandioca. O cultivo de todas essas plantas seria imprescindível para a obtenção de lucros com a agricultura, sobretudo porque o preço do escravo estava em alta e o dos produtos agrícolas, em baixa, pois evitaria que o proprietário tivesse que gastar seu capital com a alimentação da população de seu estabelecimento.

A tarefa de evangelização dos cativos foi tratada por Taunay como uma das formas de manutenção da disciplina férrea entre os negros, como diz ele no trecho seguinte: “ (...) de lhes [os escravos] mandar ensinar e praticar a religião, sendo aliás o meio mais eficaz de os conservar obedientes, laboriosos, satisfeitos da sua condição e de ocupar inocentemente as horas de domingo”.³⁹ O ensino da religião católica era também um dever moral e religioso dos senhores, que a ele não poderiam faltar, “(...) os senhores têm portanto obrigação, não menos como cidadãos do que como cristãos, de lhes mandar ensinar e praticar a religião...”. A conversão dos negros ao catolicismo não apresentaria grandes problemas ao senhor, pois, segundo Taunay, “A religião católica romana, como se ensina e pratica em Portugal e no Brasil (...) e sua tendência para a superstição a torna ainda mais apropriada ao gênio dos pretos, crédulos e supersticiosos por natureza”.⁴⁰

141

A aplicação de estrita, rígida e constante disciplina combinada ao ensino e prática da religião católica aos escravos teria o poder de criar uma tradição de obediência, como foi dito acima, que, afinal, se manteria em uso por si só, com intervenções progressivamente mais raras do senhor, desde que este tomasse o cuidado de não permitir à disciplina esmorecer e de retirar os elementos incorrigíveis do contato com os demais escravos.

Segundo Marquese, em vários momentos Taunay usou imagens de um regime de vida militar para ilustrar a importância da rígida disciplina de controle do trabalho escravo⁴¹. Visto que algo similar também se faz presente no manual em relação a um modo ideal de educação da elite, como se verá abaixo, pode-se ter certeza de que a sua carreira militar, encerrada após as guerras de independência do Brasil, marcara de forma indelével sua concepção de mundo e das relações sociais.

De acordo com este autor, Taunay inaugurou um novo modo de se pensar a administração do trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras, sem, no entanto, deixar

³⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.167.

³⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.72.

⁴⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.73.

⁴¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999. p. 210, 212, 218.

de resgatar algumas práticas dos jesuítas. Construindo a “reflexão mais sistemática sobre a administração do trabalho escravo que apareceu na primeira metade do século XIX”⁴², Taunay analisou minuciosamente todos os aspectos da vida da escravaria, elaborando um modelo de administração dos escravos que poderia ser utilizado por qualquer agricultor, sem importar o tipo de lavoura a que se dedicasse. Como foi dito, os pilares de tal modelo seriam a disciplina severa e o paternalismo de fundo católico.

Como se viu, cabia ao senhor a tarefa de estabelecer as leis da escravatura em sua propriedade, condição que conferia à elite rural brasileira uma característica muito específica segundo a visão do autor. Ele acreditava que o senhor de um estabelecimento agrícola equivalia, nos limites de sua propriedade, a um rei, que tinha nas mãos os destinos de todos os seus dependentes, fossem escravos, empregados, agregados ou sua família. Taunay idealizou uma figura do proprietário de terras e escravos bastante paternalista. Somente ele, por meio de sua profunda sabedoria, teria a capacidade de guiar a produção da fazenda e o desenvolvimento moral de seus dependentes, como se infere pelo trecho abaixo:

(...) porque o dono de certo número de escravos rústicos, sendo bom agricultor, preenche somente a metade de sua tarefa, devendo juntamente possuir e exercer as partes que constituem o bom chefe de um pequeno reinado, no qual, por governar despoticamente, e acumular as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes verdugo, nem por isso é menos responsável do seu bom governo, do qual depende a prosperidade da família.⁴³

142

As qualidades superiores do senhor também se expressariam pela sua capacidade de gestão da fazenda, pois ele deveria ter conhecimentos práticos acerca de cada uma das diversas áreas envolvidas na produção, desde a escolha do local mais apropriado para se estabelecer, até noções de engenharia para construção de estradas e canais para o escoamento da produção, passando pelas várias etapas do cultivo, tanto da grande produção comercial, quanto da de subsistência. Sobre os atributos extraordinários que um agricultor deveria possuir, Taunay diz:

Pelo que precede, podemos concluir que o chefe de um estabelecimento de agricultura no Brasil carecia ser homem quase universal. Legislador e magistrado com a escravatura, arquiteto para edificar as casas, engenheiro e maquinista para os diferentes serviços que pertencem às mesmas artes, naturalista para conhecer os vegetais, deve a tantas partes unir ainda luzes da arte médica, veterinária e outras muitas....⁴⁴

⁴² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, p. 206.

⁴³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.48.

⁴⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.105.

É provável que o autor percebesse que a sua idealização do agricultor brasileiro estivesse muito distante da realidade, e para contornar essa situação, ele propôs, no penúltimo capítulo de sua obra, a criação pelo Estado de fazendas-modelos que sediariam cursos agrônômicos, cujo principal objetivo seria formar o homem de elite com as habilidades necessárias para a prática da agricultura de modo a retirar essa atividade do estado de decadência em que se encontrava no período de composição do manual. Sua intenção é explícita: “(...) as Câmaras instituíssem cursos agrônômicos, aonde os filhos dos habitantes mais abastados, destinados a serem algum dia senhores de grande número de escravos em engenhos e fazendas...”.⁴⁵ Embora também previsse a entrada de alunos desprovidos de fortuna, o objetivo da formação destes seria servir aos filhos da elite, ou como administradores de suas propriedades ou como novos professores das fazendas-modelos.

O curso procuraria abranger todas as atividades que poderiam ser úteis na administração de uma fazenda, tais como agronomia, botânica, zoologia e arte veterinária (note-se que a veterinária ainda não tinha o status de ciência, era considerada uma arte, ligada mais fortemente à técnica que ao conhecimento científico), medicina doméstica, química aplicada à agricultura, mineralogia e montanística, direito constitucional e economia política. Essas seriam as disciplinas de primeira classe, as mais importantes para a formação do agricultor. Mas não seriam as únicas. Outras matérias, com teor introdutório, seriam ensinadas aos alunos em seus primeiros anos na escola: a aritmética, a geometria, a álgebra elementar, mecânica dinâmica e hidrodinâmica aplicadas à agricultura, aritmética rural, corte de pedras, fatura de estradas, desenho aplicado à botânica, história natural, elementos de geografia e história universais, poesia e literatura nacionais, música e dança. Percebe-se a articulação do plano de ensino com a figura idealizada do agricultor. Este, um homem que lida cotidianamente com atividades muito diversas, precisa de uma formação igualmente variada e ampla, que lhe dê o arcabouço de conhecimentos necessários para a boa gestão de seus interesses. E não só de conhecimentos práticos deveria ser constituída a educação dos filhos da elite. Como eles desempenhariam também funções de juízes e legisladores (quase soberanos em suas terras), conhecimentos mais humanísticos eram da mesma forma úteis. Daí o ensino de história, geografia, poesia, literatura, música, dança, primeiras letras e latim.

O modo de se lidar com a escravatura seria também parte importante da formação dos alunos, contando com aulas específicas para tal, com primazia para os alunos mais velhos.

⁴⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.282.

Elas seriam dadas pessoalmente pelo administrador geral, que deveria ensinar, metodicamente, aos alunos a arte de governar os escravos. A estrita disciplina a que os negros deveriam ser submetidos teria sua correspondência no modelo da formação dos senhores, pois, pensava Taunay, somente sendo acostumados desde a infância a viverem sob um regulamento militar, os futuros agricultores poderiam submeter todos os seus dependentes aos seus desígnios de justiça. Portanto, compunham o programa das fazendas-modelos atividades como manejos e manobras militares, caçadas e instruções para o uso de armas. A militarização se faria presente em todos os momentos da vida escolar dos alunos, desde a sua rotina espartana, até a sua organização em grupos hierarquizados segundo o modelo do exército. Aqui percebemos claramente a influência da formação e do exercício militar de Taunay.

Ao mesmo tempo em que idealizava uma figura de senhor, Taunay criticava duramente o comportamento de parte da elite agrária brasileira, especialmente aquela que abandonava a vida no campo para se estabelecer nas grandes cidades do Império, especialmente na Corte. Os ambientes urbanos seriam corruptores dos valores elevados que a vida ligada diretamente à agricultura produziria, e não só para o senhor, também sua esposa, filhas e filhos teriam a moral corrompida por uma prolongada vida na cidade, caracterizada por frivolidades. O trecho seguinte é exemplar dessa visão depreciativa da vida nos centros urbanos:

Enquanto se conservam a pureza dos costumes, e a singeleza patriarcal, este sistema tem poucos inconvenientes; mas quando a existência social se complica, quando o luxo e cobiça se apoderam das almas, quando os ricos proprietários se concentram nas cidades para brilhar na Corte, ou exercitar os direitos políticos; quando a sede das honras, das delícias e do lucro que as procura se exaltam, então os abusos que resultam do absolutismo paterno e de tantos tribunais caseiros que não têm regra nem responsabilidade sobrepõem por toda a parte: então os tratos, cruzes e fogueiras inventam-se e empregam-se no segredo das famílias; então as murenas e os peixes dos viveiros cevam-se com a carne dos escravos; (...) então põe-se em prática tudo o que a lascívia e crueldade podem inspirar de horrores e monstruosidades e imaginações depravadas pelo abuso das delícias.⁴⁶

O *Manual do Agricultor Brasileiro* pode ser considerado um longo elogio à vida rural e àquele a que ela se dedica. Tal existência seria marcada pelo intenso labor, do trabalho de todos os habitantes da fazenda, mesmo das mulheres, sinhás ou escravas. Daí surgiriam, praticamente, todos os bens de que o estabelecimento poderia precisar. Além de evidentes vantagens para a economia da propriedade, este modo de viver seria definidor da própria elite,

⁴⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.70.

que não se tornaria, assim, parasitária, mas intimamente ligada aos processos produtivos, pois deles participariam. Famílias com tal tradição de trabalho seriam, além de mais elevadas moralmente, mais propensas a enriquecer. Um exemplo é apresentado pelo próprio autor:

Temos visto nos sertões várias famílias que fiavam e teciam em casa todo o pano do uso doméstico, redes, cobertores, toalhas, lençóis, pano chamado de Minas para sacos, capas e vestidos dos negros; tudo se fabricava pelas pretas debaixo dos olhos das senhoras, que se não desdenhavam de pôr elas mesmas mãos à obra. (...) e como todo o mantimento se colhia igualmente da fazenda, podemos asseverar que todas estas famílias viviam mui pacíficas, bem morigeradas, fartíssimas...⁴⁷

Uma fazenda deveria tender à auto-suficiência segundo as considerações de Taunay também por um aspecto prático. Ao produzir quase tudo que precisasse, diminuía-se a necessidade de o senhor gastar seu capital com produtos não relacionados com a produção comercial da fazenda. Essa exigência era ainda mais premente no caso de cultivos que demorassem alguns anos para iniciarem uma produção lucrativa ao agricultor, como era o caso do café, por exemplo. As vantagens da convivência de uma cultura de subsistência com uma cultura de exportação são exemplificadas pelas diferenças entre os produtores de café dos arredores do Rio de Janeiro e os da região serrana da província, durante a década de 1820:

(..) bem como os que dizem respeito à cultura dos gêneros de consumo, artigo tanto mais importante que, sendo preciso esperar ao menos cinco anos para tirar o lucro de uma fazenda de café, a compra dos gêneros seria ruínosa durante tão longo espaço; e podemos considerar esta circunstância como a causa mais preponderante da pouca fortuna que os lavradores de café têm feito nas proximidades do Rio de Janeiro, ao passo que os da serra acima estão bem longe de se queixar, apesar da maior despesa com o seu transporte.⁴⁸

A agricultura era tida por Taunay como a mais elevada moralmente e importante atividade desenvolvida pelo gênero humano, sendo a base de toda a civilização (“A agricultura é sem dúvida a ocupação mais útil, a mais nobre, e a mais chegada à natureza, de quantas o estado de civilização tem proporcionado aos homens”).⁴⁹ Por essa razão, ele muito lamentava o que considerava um estado de decadência da agricultura do Império. Os diversos cultivos, se comparados com outras regiões de produção no planeta, estariam em um crítico estado de infantilidade, pois a tecnologia usada era bastante arcaica.

Um tal estado de infância, quando, em todas as regiões onde se cultivam os mesmos gêneros de exportação que nós cultivamos, o espírito de invenção e de aperfeiçoamento, poupando braços e despesas ao mesmo passo que amplia os produtos, permite dar mais em conta esses mesmos gêneros, pode não somente vir a

⁴⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.139.

⁴⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.127.

⁴⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.300.

aniquilar em breve tempo a nossa exportação, mas até fazer que no-los venham trazer de fora a muito melhor preço e qualidade para o nosso consumo (...).⁵⁰

Para o autor era preciso que se introduzissem inovações tecnológicas nas práticas agrícolas (“O emprego das máquinas que multiplicam as forças do homem é a base de todo o produto avultado da agricultura.”),⁵¹ das quais o uso do arado seria a mais importante.

(...) a mais proveitosa operação para sustentar a nossa agricultura decadente, a única que pode fazer frente à carestia dos pretos, e para o futuro subministrar ao Brasil a faculdade de se livrar da praga da escravidão, é, sem dúvida, a geral adoção do arado, e o governo deveria por todos os meios ao seu alcance apregoar e propagar esta inovação.⁵²

Para Taunay, a decadência da agricultura do Império era devida, também, à intensa alta do preço do escravo e à queda dos preços dos produtos agrícolas nos mercados internacionais a que era dirigida o grosso da produção agrícola brasileira. O autor adverte que as possibilidades de prodigioso enriquecimento pela agricultura eram pequenas, e mais próprias de um tempo passado em que as condições econômicas eram mais favoráveis aos agricultores (“Verdade é que estes milagres de indústria pertencem à época da barateza dos escravos e carestia dos produtos; hoje temos o revés desta prosperidade, e, portanto, duplicada obrigação de nos cingir às virtudes que podem salvar a agricultura da ruína que a ameaça”).⁵³

A péssima condição em que Taunay julgava estar a agricultura brasileira contrastava muito com a idéia de nação que ele tinha do país em que se estabelecera e deixava transparecer em seu texto. O Brasil imaginado por Taunay é um Éden da agricultura, uma vez que possui condições de abrigar quaisquer vegetais e quaisquer animais existentes no mundo, pois dispõe de climas e solos variados e propícios aos mais diversos cultivos. O autor resgata uma tradição de glorificação da paisagem natural brasileira que, em última instância, vem desde a carta de Caminha ao rei de Portugal. Mais de trezentos anos depois, o Brasil era ainda o lugar onde tudo o que se plantasse dava. O trecho seguinte é muito ilustrativo da representação do Brasil construída por Taunay:

Entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil, pois que na sua vasta extensão acham-se climas, terrenos e exposições de quantas qualidades é possível imaginar, de forma que dificilmente nos poderemos lembrar de uma espécie vegetal, ou de uma sorte de cultura, que não exista já, ou que não possa, para o futuro, introduzir-se neste abençoado país, tão fecundo e variado em produções, ameno em aspectos e ares, tão regado de águas, revestido de matas, e

⁵⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.36.

⁵¹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.35.

⁵² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.99.

⁵³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.85.

aprazível às vista, que os primeiros descobridores não duvidaram avançar que tinham por fim deparado com o paraíso terrestre.⁵⁴

Contudo, era justamente essa idealização do potencial agrícola brasileiro que motivava o autor a ser bastante otimista quanto às chances do país em recuperar a sua agricultura e se tornar uma potência comercial mundial. Este era o lugar de direito da nação para o autor, pois o “(...) o Brasil é, por sua natureza, destinado a servir de empório a todos os povos, e, por conseqüência, a possuir o cetro do comércio.”⁵⁵ O elogio ao país não se dirigia somente às suas possibilidades agrícolas, embora estas fossem as raízes de sua possível grandeza, mas também ao seu sistema de governo e à sua população, qualificados como plenamente capazes de solucionar todos os problemas econômicos nacionais e conduzir o Brasil a uma nova era de prosperidade, fato, aliás, que não estaria muito distante no tempo:

Os meios mais eficazes para que semelhante estado de coisas jamais se realize, e para nos remir do atual atrasamento, tão prejudicial como vergonhoso, estão ao nosso alcance, e são mesmo bem singelos e baratos; e como com as formas do governo representativo não há, para uma nação, males incuráveis, nem melhoramentos impossíveis, devemos esperar que não passarão duas legislaturas sem que os legisladores tomem em séria atenção estes meios, e os adotem no seu todo, ou ao menos em grande parte.⁵⁶

147

Não se pode perder de vista que o *Manual do Agricultor Brasileiro* foi composto em um período de consolidação do Estado Nacional brasileiro, portanto eram estimuladas pelo governo a produção e circulação de obras que fizessem o elogio da nação, enaltecendo suas qualidades e indicando sua grandeza futura. Se a primeira edição do manual foi uma iniciativa de Júlio Villeneuve, proprietário do *Jornal do Comércio*, a segunda foi feita sob os bons auspícios do governo regencial, que, através da ação do Ministro da Justiça e do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, recomendou o livro para uma distribuição por todo o território imperial e para ser reimpresso pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Assim, também a literatura técnico-científica teve um papel a desempenhar no enaltecimento da nação que o Estado exigia para se consolidar.

Portanto, as paginas do *Manual do Agricultor Brasileiro* continham muito mais que recomendações técnicas para agricultura. De sua leitura desprende-se uma representação da nação brasileira, que estava em pleno processo de formação quando de sua composição, e da sua elite, a qual teria um papel primordial na recuperação da decadente agricultura brasileira e na ascensão do Brasil à posição de potência comercial global. Neste processo, a convivência

⁵⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.33.

⁵⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.34.

⁵⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.37.

com a escravidão, ainda que duramente criticada, deixava uma importante marca, visto que era a necessidade de legislar sobre os escravos que transformava o caráter e os valores da elite agrária, elevando-a a uma posição de distribuidora da justiça e do bem estar social na sociedade escravista.

Este artigo não pretendeu esgotar as questões que podem ser colocadas à leitura do *Manual do Agricultor Brasileiro*, apenas a mostrar caminhos para uma compreensão profunda do texto e do contexto que o conformou e que se deixa ver pelas entrelinhas, segundo uma concepção hermenêutica do ato de compreender. Assim como outras questões, de diversas ordens, podem, e devem, ser levantadas; algumas já feitas devem ser refinadas e aprofundadas em busca de uma maior proximidade com a realidade brasileira conformadora do documento.

Inicialmente, as próprias técnicas preconizadas pelo manual devem ser historicizadas para uma compreensão mais ampla da história da agricultura brasileira. Na dimensão da circulação do texto em si, ainda não está claro quais pessoas ou grupos sociais realmente tinham contato com a obra, nem até que ponto a sua leitura refletia em aplicações concretas das práticas recomendadas. Portanto, é necessário buscar casos específicos e documentados da leitura do manual, o que conduz a interrogar sobre como cada pessoa entrava em contato com ele e, conseqüentemente, como se deu a distribuição do livro pelo território do império, sendo plausível a hipótese de intensa participação do Estado nesse processo, por mecanismos ainda a serem pesquisados. Já no plano das idéias contidas no texto, pode-se interrogá-lo a respeito de quais influências das correntes de pensamento européias ele sofreu (liberalismo, iluminismo, fisiocracia inglesa) e quais as concepções de trabalho e de agricultura em que ele se baseia. Nesse aspecto, será fundamental refletir sobre os modos como tais escolas filosóficas influenciaram a produção do texto, se é que o fizeram de fato, tentando precisar em quais partes elas se fazem mais presentes e em quais não; por exemplo, é relevante questionar como a formação ilustrada do autor condicionou as suas críticas à escravidão.

Uma outra dimensão do *Manual do Agricultor Brasileiro* que merece uma investigação mais detida se faz presente nos diversos comentários de Taunay acerca da necessidade de preservação de matas e florestas nos estabelecimentos agrícolas em geral. Como foi dito acima, seria um anacronismo considerar que Taunay fora um defensor da ecologia ou mesmo do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, os constantes comentários feitos pelo autor sobre a importância das florestas para a agricultura e sobre as inter-relações entre fenômenos atmosféricos, vegetais, animais e minerais sugerem uma

compreensão complexa da natureza, contrastante com a instrumentalização dos recursos naturais típica da ciência oitocentista. Destarte, é preciso investigar quais podem ter sido as raízes dessa compreensão do mundo natural (quais outros autores a partilhavam, como suas obras circularam e eram recebidas pelo público) e até que ponto existia, ou não, um conflito entre tal modo de entender a natureza e o modelo dominante de ciência baconiano.

Artigo recebido em 21/12/2008 e aprovado em 09/04/2009.